PODER

Começam as especulações sobre quem será ministro no quarto mandato do presidente Lula. Governo deve acomodar aliados próximos e partidos do centrão

Uma nova dança das cadeiras na Esplanada

» VICTOR CORREIA

Nos dias que se seguiram ao segundo turno da eleição presidencial, ganharam força as discussões e rumores sobre quem serão os próximos ministros do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A Esplanada deve mudar de cara em janeiro, acomodando a nova correlação de forças entre os partidos no Congresso e aliados que ganharam destaque durante a campanha. Ainda é cedo para saber como será o novo governo, mas algumas alterações já são dadas como certas.

O Ministério da Fazenda, que conduz a política econômica do governo federal, é o que mais movimenta especulações atualmente. A expectativa é de que o atual titular, Dario Durigan, deixe o posto. O mais cotado atualmente é o governador reeleito do Piauí, Rafael Fonteles (PT), que teve papel de destaque na campanha presidencial, especialmente no segundo turno. Matemático de formação e mestre em Economia, Fonteles, antes de comandar o Piauí, foi secretário da Fazenda do estado. Seu nome é bem-visto pelo mercado, por defender o ajuste das contas públicas.

Publicamente, Fonteles nega ter conversado com o presidente Lula sobre uma indicação. "Reforço o que disse em algumas entrevistas: nunca tratei com o presidente Lula ou com qualquer outra pessoa (seja familiar, amigo, aliado ou adversário) sobre cargos no seu próximo mandato e, muito menos, sobre política econômica", escreveu o governador em publicação no X, na quinta-feira.

Outro forte concorrente é o vice-presidente Geraldo Alckmin, que ocupou o ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) no atual mandato. Também é um nome bem visto por investidores. Alckmin é do PSB, não do PT, e tem boa interlocução com o mercado financeiro e com o setor produtivo.

A Casa Civil também é um ministério-chave para o governo federal, responsável por coordenar o trabalho dos demais ministérios e fazer a ponte entre a Esplanada e o Planalto. O nome do senador Camilo Santana (PT-CE), ex-ministro da Educação, ganhou força nas últimas semanas. Camilo foi figura constante no QG da campanha de Lula, ao lado de Fonteles, e concedeu coletivas de imprensa quase diárias. Antes disso, o principal cotado era o ex-ministro da Fazenda Fernando Haddad, que deve assumir outro posto no governo. O ex-chefe da Casa Civil Rui Costa também deve voltar à Esplanada, possivelmente assumindo um ministério ligado à infraestrutura, por ter encabeçado o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Lula 3.

Lula destacou, ainda, que segurança pública será prioridade em sua nova gestão, e confirmou o desmembramento do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) em dois, caso a proposta de emenda à Constituição (PEC) da Segurança seja aprovada. Para a Segurança, o presidente cogita escolher o promotor Lincoln Gakiya, um dos nomes mais reconhecidos no combate ao crime organizado e considerado linha-dura com facções criminosas, com atuação em São Paulo.

> **Eu, por vontade própria, não entendo que um ministério é onde eu posso ajudar mais o presidente Lula. Posso ajudar muito como deputado, acho que o presidente vai precisar de muita força no Congresso."**
>
> ***André Janones,*** *deputado federal*

Comunicação

Ganhou força no segundo turno o nome do deputado federal reeleito André Janones (Rede-MG) para ocupar um ministério. Ele é cotado para assumir a Secretaria de Comunicação Social (Secom) — o atual titular, Sidônio Palmeira, já definiu sua saída — ou uma nova secretaria especial de Comunicação Digital, que teria status de ministério. O parlamentar é tido como um dos maiores responsáveis pela virada do presidente Lula entre o primeiro e o segundo turno, ao comandar o "Exército do Lula", grupo de WhatsApp utilizado para mobilizar a militância por meio de "missões".

Lula recebeu Janones para um almoço na última quinta-feira, no Palácio da Alvorada, para discutir seu futuro no governo e fazer uma retrospectiva do que funcionou na campanha. O presidente já deixou claro que quer manter a mesma forma de mobilização digital em seu quarto mandato. Ao menos publicamente, porém, Janones sinaliza que prefere continuar como deputado federal. "Eu, por vontade própria, não entendo que um ministério é onde eu posso ajudar mais o presidente Lula", comentou o deputado com jornalistas na porta do Alvorada. "Eu posso ajudar muito como deputado, acho que o presidente vai precisar de muita força no Congresso", emendou, citando o crescimento da extrema-direita no Parlamento.

No Ministério da Defesa, José Múcio deve dar lugar à secretária-geral da pasta, Cinara Wagner Fredo. Já o ex-prefeito de Recife, João Campos, que preside o PSB, pode assumir o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), pasta que seu pai, Eduardo Campos, ocupou durante o primeiro mandato de Lula.

O presidente deve começar a negociar com os partidos após o feriado de Finados, nesta semana. Além de acomodar seus aliados, Lula precisa prever a correlação de forças no Congresso, e pode dar mais espaço para legendas do centrão. Uma das possibilidades ventiladas é ceder uma pasta dentro do Planalto para essas siglas, como a Secretaria de Relações Institucionais (SRI), responsável pela articulação com o Congresso. Uma semana após o pleito, porém, o cenário ainda é nebuloso, e o formato do novo governo ainda está por ser apresentado.

Marcello Casal Jr/Agência Brasil



Presidente Lula fará alterações na composição da Esplanada em janeiro, mas começa a negociar cargos já nesta semana, após o feriado

Carlos quer Marinho no Senado

O senador eleito Carlos Bolsonaro (PL-SC) visitou, ontem, o ex-presidente Jair Bolsonaro, em sua casa no Jardim Botânico, onde cumpre prisão domiciliar. Após a conversa, Carlos disse estar preocupado com a saúde do pai, e reforçou que o senador Rogério Marinho (PL-RN) é o candidato do partido para a presidência da Casa Alta, como anunciado pelo irmão, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

"A gente tem uma eleição do Senado agora. Nosso candidato é Rogério Marinho, e a gente vai seguir essa linha para que a gente possa defender minimamente tudo aquilo em que a gente acredita, tudo aquilo que a gente prometeu para vocês. A luta vai continuar", declarou Carlos.

O PL decidiu lançar nome próprio para concorrer com o atual presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), que tentará a reeleição. Com Alcolumbre, a legenda não vê disposição para avançar com pedidos de impeachment de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), especialmente Alexandre de Moraes, principal pauta do bolsonarismo na Casa Alta. A bancada do PL aumentará para 28 senadores a partir do ano que vem, dando força considerável para a candidatura de Marinho. Na terça-feira, o senador deve receber, ainda, o apoio oficial do Novo e de parte da bancada do PP.

A indicação foi oficializada na sexta-feira por Flávio Bolsonaro, em sua primeira manifestação após a fuga para os Estados Unidos. "Eu quero pedir a vocês que fiquem firmes. A nossa trincheira, neste momento, será o Congresso Nacional , especialmente o Senado, e a pessoa que eu vou indicar é o Rogério Marinho para a presidência", disse em live no Instagram. "É a única forma de conseguir ter uma resistência para impedir ou retardar o grande caos que o atual presidente da República vai instaurar no nosso país", acrescentou. Na mesma transmissão, ele voltou a questionar, sem provas, o resultado eleitoral e defendeu que haja novas eleições antes de 2030.

Saúde de Jair

Em seu vídeo, Carlos Bolsonaro voltou a demonstrar preocupação com o estado de saúde do pai. Ele enfrenta as consequências da facada que sofreu em 2018, que atingiu seu intestino. "Vou falar um pouco do meu pai aqui. Ele está... O soluço dele voltou. É claro que, devido às circunstâncias, que acabam afetando o psicológico dele, essas coisas acontecem. Me assusta um pouquinho o crescimento da barriga dele. O emagrecimento, aquilo que eu sempre falei", comentou o senador eleito.

Carlos mencionou, ainda, que Jair está "com saudades" de Flávio e de Eduardo Bolsonaro, que mora desde o ano passado nos Estados Unidos. Os dois irmãos deixaram o país em meio a investigações. No caso de Flávio, o senador é alvo de inquéritos sobre irregularidades no financiamento do filme *Dark Horse*, que conta a história de Jair, e sobre lavagem de dinheiro usando casas de apostas, que também mira o advogado e amigo do senador Willer Tomaz. Já Eduardo foi sentenciado pelo STF a quatro anos e dois meses de prisão por coação no julgamento que condenou Jair a 27 anos e três meses de prisão por tentativas de golpe de Estado. O ex-deputado é apontado como principal articulador das ações dos Estados Unidos contra o Brasil, como o tarifaço e sanções impostas a autoridades brasileiras.

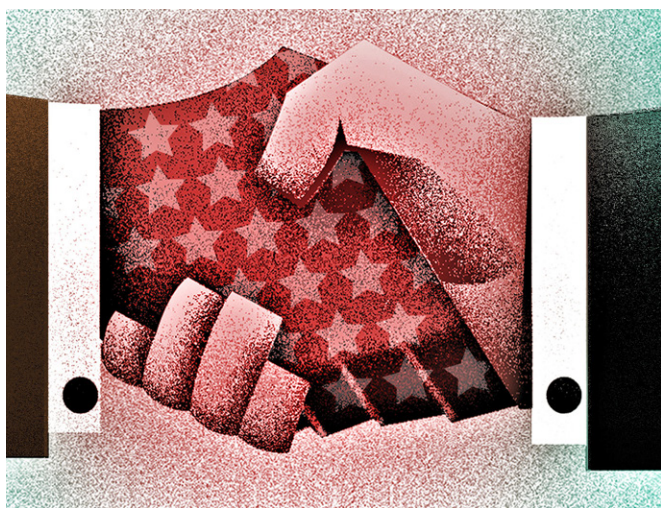
A família alega ser alvo de perseguição política. Em seu vídeo, Carlos diz ter medo de falar sobre política e sofrer represálias. "Em relação a política, não quero que façam maldade com ele (Jair), então deixo do jeito que está. Dizer que ele está seguindo a vida dele, preocupando, a cada dia. A mim, uma coisa pessoal minha, a saúde mental dele, mental, física, e a gente vai tocando", afirmou o senador eleito. (**VC**)

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Duas táticas de esquerda: hegemonismo do PT ou aliança com os liberais

A discussão sobre a composição do novo governo Lula e sua política econômica remete-se a controvérsias históricas da esquerda: como combinar identidade própria, mobilização popular e alianças com forças que não compartilham seu projeto? Vladimir Lênin, o líder bolchevique; e Antonio Gramsci, o maior marxista ocidental, protagonizaram esse debate na Rússia autocrática de 1905 e na Itália fascista da década de 1930. Entre ambos e a Constituição de 1988, há uma distância intransponível.

Em Duas Táticas da Social-democracia na Revolução Democrática (Boitempo), Lênin sustentava que a burguesia liberal russa não levaria até o fim a luta contra o czarismo. Temia mais a iniciativa dos trabalhadores do que a sobrevivência da autocracia. Caberia ao proletariado, aliado ao campesinato, dirigir a revolução democrática. A questão era quem comandaria a transformação, antes mesmo da passagem ao socialismo. Isso admitia convergências circunstanciais com liberais, mas recusava a subordinação política a eles. Essas teses permanecem vivas na esquerda brasileira.

Nos seus *Cadernos do Cárcere* (Civilização Brasileira), a partir da experiência bolchevique, Gramsci percebeu que as sociedades ocidentais exigiam outra estratégia. O poder se sustentava também em partidos, igrejas, sindicatos, imprensa e associações. A transformação dependeria de uma prolongada disputa de direção na sociedade civil, a "guerra de posição". Conquistar o governo seria insuficiente sem construir consentimento e ampliar alianças. Sua reflexão abriu caminhos para as esquerdas democráticas mundo afora.

A distinção decisiva, ainda hoje, está entre hegemonia e hegemonismo. A primeira exige capacidade de incorporar demandas dos aliados e formular um interesse comum. O segundo pretende subordiná-los à conveniência do partido dominante. Há profundas diferenças entre combater uma autocracia e governar uma democracia pluralista. Nesta, uma aliança democrática pressupõe reconhecer a legitimidade, a autonomia e o revezamento de liderança entre os parceiros.

A história brasileira mostra que a cooperação entre esquerda, centro democrático e liberais pode produzir avanços duradouros. No governo Juscelino Kubitschek, a aliança PSD-PTB combinou desenvolvimento e competição política, com apoio comunista à candidatura, embora o PCB permanecesse ilegal. Nos anos 1990, Fernando Henrique Cardoso reuniu uma coalizão de centro e centro-direita em torno da estabilização. A esquerda dividiu-se: enquanto setores participaram dessa construção, o PT fez oposição.

Essas experiências foram distintas, mas mostram que o progresso pode resultar de compromissos entre forças concorrentes. A estabilização monetária e a proteção social acabaram incorporadas a uma trajetória que atravessou diferentes governos. Há, também, uma continuidade democrática entre a mobilização pelo impeachment de Fernando Collor, em 1992, e a convergência que derrotou Jair Bolsonaro em 2022: adversários reconheceram uma tarefa comum. A presença de Geraldo Alckmin na chapa de Lula simboliza essa possibilidade.

Escolha estratégica

Os fracassos também ensinam. Em 1964, setores da esquerda subestimaram a correlação de forças, trataram compromissos como capitulações e contribuíram para o isolamento de João Goulart. Obviamente, isso não diminui a responsabilidade dos golpistas pela destruição da democracia. Em 2016, a crise econômica, os erros do governo Dilma Rousseff e a desagregação de sua coalizão abriram caminho ao impeachment. O traço comum foi a perda de sustentação política e social.

Esse problema reaparece quando a esquerda rejeita alianças programáticas com democratas de outras correntes, mas aceita acordos de conveniência para obter maioria parlamentar. No primeiro mandato de Lula, combinou intransigência no discurso com dependência do Centrão na administração cotidiana. Como a frente ampla de 2022 não se consolidou como um bloco programático, a estabilidade governamental ficou sujeita a negociações fragmentadas por cargos, recursos e influência.

Agora, a mobilização popular do segundo turno, por meio das redes sociais e grandes manifestações de rua, compensou a fragilidade da aprovação governamental e devolveu centralidade à defesa da democracia na reeleição de Lula. Eleitores escolheram Lula para impedir o avanço autoritário sem, necessariamente, aderir ao PT ou aprovar integralmente seu governo. Diante disso, a esquerda precisa evitar o exclusivismo e atravessar fronteiras políticas.

O historiador Alberto Aggio, no seu livro *A Construção da Democracia no Brasil: 1985-2025* (FAP-Annablume), ajuda a compreender essa tensão ao identificar na "economia do afeto" e na "cultura do rechaço" as principais características do lulismo e do PT, respectivamente. O vínculo emocional com Lula amplia suas possibilidades de interlocução; a identidade do PT construída pela simples rejeição aos adversários pode estreitá-las. "Governar com o povo" leva a duas orientações distintas: privilegiar a relação carismática entre presidente e eleitores ou fortalecer a participação por meio de instituições, organizações autônomas e representação política. É possível juntar as duas coisas? E como governar com redes sociais sob controle das big techs?

A divergência econômica também faz parte dessa escolha. Desenvolvimentistas enfatizam investimento público, crédito e transformação produtiva, enquanto sociais-liberais ressaltam estabilidade, sustentabilidade fiscal e condições para o investimento privado. Combater a desigualdade gera uma tensão dialética entre distribuição de renda e capacidade de financiamento para obter crescimento. E equilibrar as contas implica escolhas: quem paga e quais despesas preservar. Trocando em miúdos, a nova composição ministerial mostrará se Lula pretende compartilhar a construção de um novo programa ou apenas acomodar apoios.